

A carroça da História

Quando se votou no Congresso este arremedo de orçamento que aí está (veja comentário nesta página), as lideranças partidárias concordaram em aprová-lo, mesmo sabendo que não havia quórum para votação. No momento, porém, em que se tratou de votar emenda apoiada *pro forma* pelos líderes, excluindo os parlamentares do aumento de 60% proposto pelo Executivo aos funcionários públicos, alguém se lembrou de pedir verificação de presença. Não havendo quórum, a emenda deixou de ser votada e os deputados e senadores da República passaram a ser os cidadãos mais bem remunerados do País: 7,6 milhões de cruzados de vencimentos mensais! Resta saber se neste total estão incluídos os diferentes tipos de auxílios concedidos aos denodados trabalhadores da Pátria, ou a essa fantástica importância devem acrescentar-se aquelas outras parcelas.

A Nação ficou estarrecida ante o cinismo que revestiu toda a operação, no último dia de trabalho do Congresso Nacional. Cinismo tão mais insultante, quanto se sabe que há 15 dias, na calada da noite, o Congresso havia aprovado o aumento dos vencimentos de seus membros para 4,7 milhões de cruzados. Mais ainda, ao insulto se acrescenta a injúria à Nação, quando é notório que, no momento em que os congressistas se beneficiam dessa maneira, deverão estender parte dessas vantagens a altos funcionários do Executivo e do Judiciário, respeitando o princípio da harmonia entre os Poderes da República. Enquanto isso o povo sofre.

O ardil regimental utilizado para permitir aos membros do Congresso usufruir do aumento de 60% concedido aos funcionários públicos é a pá de cal que se joga sobre a representação popular. Na última sessão do ano, o presidente Ulysses Guimarães falou a um plenário quase vazio. O que s. exa. disse não guarda relação algu-

ma com a realidade — ou alguém julgará verdadeiras as palavras “merecido descanso”, com que Ulysses Guimarães saudou o início das férias? Foram descansar do quê? Dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ou do empenho que colocaram nas últimas eleições municipais? Da Assembléia não é o caso, pois após a promulgação da Constituição houve tempo mais do que suficiente para o ócio com dignidade. Das eleições, também não, porquanto foram realizadas há um mês. Do trabalho legislativo propriamente dito não há falar, visto serem raros os dias em que o quórum regimental medido com rigor é alcançado. Partem para um descanso merecido depois de haver destruído a República. Não que tenham dado um golpe de Estado; pior do que isso, desmoralizaram as instituições. Retiraram do povo que sofre motivos para crer na capacidade de o Congresso defender os interesses legítimos da população.

A votação do aumento foi ato de desfaçatez, de tripúdio sobre aqueles que ganham pouco (tão mais cínico quanto votado até mesmo pelos que vivem acusando o “modelo econômico” de ser responsável pela fome do povo). A fala do sr. Ulysses Guimarães, na despedida desse alegre grupo de cidadãos, exprime a alienação que tomou conta do Congresso Nacional e tenderá a alastrar-se por outras áreas do Estado e da própria sociedade. Só um alienado pode não protestar contra esse aumento imoral e condenar os deputados a “permanecer atentos ao desenrolar dos acontecimentos deste difícil momento de nossa História”. Somente quem não tem mais compromissos com a realidade — ou os tem de sobra — pode afirmar: “Novas dificuldades, novos desafios certamente nos esperam”. E dizer, depois, como um qualque d’Artagnan, que essas dificuldades devem ser vencidas com trabalho (arre!) e coragem, porque a covardia não deverá jamais fazer parte da biografia dos

membros do Congresso. De trabalho e seriedade não se fale a esses senhores; de coragem, seria o caso de perguntar para que, e diante do quê?

O presidente da Câmara dos Deputados (presidente até fevereiro do próximo ano) teria a obrigação de explicar por que apela para a coragem e emprega a imagem militar “não enrolar bandeiras”. É o golpe de Estado que está à vista? Se não, por que fazer apelo à coragem e ao desapego à vida? Talvez porque, pesada a consciência, o sr. Ulysses Guimarães saiba que o povo não mais mexerá um dedo para resguardar a integridade desse Congresso que não se preza, e despreza o sofrimento popular.

Lê-se nos livros de História que, na noite de 4 de agosto de 1789, desejando evitar que o pior acontecesse, os nobres e os padres (o Primeiro e o Segundo Estado) votaram na Assembléia Francesa a extinção de todos os privilégios. Os privilegiados decidiram tornar-se cidadãos. Era tarde, porém. Empurradas pela força das coisas, mais tarde as massas de Paris conduziram a carroça da História, repleta de aristocratas e sacerdotes, em sucessivas viagens, até a praça de Grève, onde se erguia a guilhotina. Os aristocratas franceses tiveram intuição, que lhes permitiu ver os perigos que se erguiam à sua frente. Já os senhores deputados e senadores, que vergonhosamente elevaram seus salários a níveis inconcebíveis num país atormentado por uma crise econômica, financeira, social e política jamais vivida, não são capazes de enxergar um palmo adiante do nariz. Deixam Brasília sorridentes com destino a seus pagos, carteiras engordadas à custa do Erário enriquecido com os impostos que aumentaram para diminuir o déficit público. Suprema irrisão. Agora, pode-se afirmar, sem licença literária, que Deus decidiu perdê-los a todos, por isso que lhes tirou a razão.